



## **II Seminário de Avaliação do Progestão**

06 e 07 de abril de 2017 - Brasília (DF)

# **Relatório**



Superintendência de Apoio ao SINGREH (SAS)

Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público (COAPP)

## Sumário

1.	Introdução .....	3
2.	A programação e a metodologia utilizada .....	4
3.	A dinâmica dos trabalhos e seus resultados .....	5
	3.1 A Abertura e o contexto do seminário .....	5
	3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa Delphi e a realizada pelo IPEA.....	5
	3.3 Propostas preliminares da ANA para os novos contratos e o World Café: breve relato.....	8
	3.4 As contribuições acenadas no II Seminário .....	8
	3.5 Próximos passos / Encaminhamentos .....	13
	3.6 Avaliação.....	13
4.	Considerações finais.....	14
5.	Anexos .....	14

## 1. Introdução

Nos dias 6 e 7 de abril de 2017 foi realizado, em Brasília/DF, o II Seminário de Avaliação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), envolvendo representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), dos órgãos gestores e dos conselhos estaduais de recursos hídricos de nove unidades da federação (Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe) – os primeiros a aderirem ao Programa, além de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ao todo estiveram presentes 65 pessoas, conforme demonstra a lista de presença no **Anexo I** deste relatório.

Este II Seminário foi realizado num contexto de encerramento dos contratos referentes ao 1º ciclo do Progestão firmados com os estados acima citados, tendo por objetivo promover reflexões para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados no âmbito do Programa e no conteúdo dos novos contratos, a fim de iniciar um novo ciclo do Progestão nos nove estados em questão.

Vale ressaltar que para subsidiar esse processo de análise e avaliação foram desenvolvidas duas pesquisas, sendo estas: a pesquisa Delphi e a pesquisa realizada pelo IPEA, ambas contratadas pela ANA. Os resultados destas pesquisas foram somados as análises desenvolvidas pelos gestores e especialistas da ANA com o intuito de formular propostas para o aperfeiçoamento do Programa, sendo estas apresentadas e aprofundadas durante o II Seminário.

Desta forma, os objetivos deste II Seminário avaliativo foram:

- Realizar a devolutiva sobre os processos de avaliação do Progestão conduzidos pela ANA (pesquisas Delphi e IPEA);
- Apresentar e debater as propostas para a continuidade do Programa; e
- Recolher análises e sugestões junto aos participantes.

O presente Relatório sintetiza as principais informações apresentadas e dialogadas, buscando registrar uma memória dos principais aspectos debatidos no evento.

## 2. A programação e a metodologia utilizada

Para atingir os objetivos acima descritos foi estabelecida a seguinte programação:

<b>Dia 6.04.2017 – Quinta-feira</b>	
08h30 - 09h00	Inscrição e recepção dos participantes
09h00 - 09h30	Abertura do Seminário
09h30 - 09h50	Estratégias de avaliação do Progestão conduzidas pela ANA / Objetivos do Seminário/ Nivelamento de informações
09h50 - 10h10	Apresentação dos participantes, da programação e acordos de convivência
10h10 - 10h30	<i>Intervalo</i>
10h30 - 11h00	Apresentação dos resultados da pesquisa DELPHI (variáveis estaduais)
11h00 - 12h00	Apresentação dos resultados da avaliação pelo IPEA nos 9 estados
12h00 - 12h30	Esclarecimento de dúvidas e diálogos
12h30 - 14h00	<i>Almoço</i>
14h00 - 14h20	Apresentação das propostas preliminares da ANA para os novos contratos
14h20 - 14h40	Apresentação da dinâmica “ <i>World Café</i> ” e dos temas a serem debatidos
14h40 - 15h40	Diálogos e aprofundamentos (abordagem “ <i>World Café</i> ”)
15h40 - 16h00	<i>Intervalo</i>
16h00 - 17h30	Continuidade: diálogos e aprofundamentos (abordagem “ <i>Word Café</i> ”)
17h30 - 18h00	Avaliação dos trabalhos do dia
<b>Dia 7.04.2017 – Sexta-feira</b>	
09h00 - 09h15	Resgate do dia anterior
09h15 - 10h30	Apresentação dos resultados do “ <i>World Café</i> ” / Propostas do Seminário
10h30 - 10h50	<i>Intervalo</i>
10h50 - 11h30	Esclarecimento de dúvidas e diálogos
11h30 - 12h00	Próximos passos / Encaminhamentos
12h00 - 12h15	Encerramento

No II Seminário foram realizadas apresentações dirigidas a temas específicos, seguidas de diálogos de aprofundamento entre os participantes, utilizando-se a abordagem denominada “*World Café*”.

Esta abordagem, de domínio público, foi desenvolvida pelos consultores empresariais Brown e Isaacs e consiste em organizar os debates de um assunto, em que temas ou questões diferentes são lançados a diferentes grupos de trabalho onde, por meio de um mecanismo de revezamento, todos participam das discussões de todos os grupos (permanecendo apenas nos grupos de origem o relator e o moderador).

Nesses revezamentos, que se findam no momento em que todos os participantes passam por todos os grupos, os relatores e os moderadores compartilham os resultados que cada grupo obteve aos

novos participantes, que podem perguntar para ampliar a compreensão sobre o que ficou registrado e complementar com mais observações e questionamentos, fazendo crescer a abordagem do tema que era originalmente do grupo de partida. Com estes revezamentos, todos tiveram a oportunidade de se apropriar e participar dos conteúdos tratados em cada grupo.

As principais informações identificadas em cada uma das etapas da programação encontram-se descritas no tópico seguinte.

### 3. A dinâmica dos trabalhos e seus resultados

#### 3.1 A Abertura e o contexto do seminário

A abertura do evento contou com a participação dos seguintes representantes da ANA: Carlos Motta Nunes (Superintendente Adjunto de Apoio ao SINGREH); Ludmila Alves Rodrigues (Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP) e Brandina de Amorim (Coordenadora Substituta de Apoio e Articulação com o Poder Público – COAPP).

Carlos Motta deu as boas-vindas, justificou a ausência do Superintendente de Apoio ao SINGREH, Humberto Gonçalves, que se encontrava na plenária do Comitê da bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu, e ressaltou a importância de processos avaliativos para o aperfeiçoamento de programas públicos, como o Progestão. Na sequência, Ludmila reforçou a importância do II Seminário para melhorias ao Programa e apresentou os resultados até então alcançados para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos por meio do Progestão, as estratégias adotadas pela ANA para a avaliação do Programa e os objetivos lançados no Seminário. A citada apresentação encontra-se no **Anexo II**.

Após a abertura foi repassada a programação, reforçados os objetivos a serem alcançados e construídos os acordos de convivência a serem seguidos durante a oficina. Desta forma, deu-se sequência à programação com a apresentação dos resultados das pesquisas Delphi e a realizada pelo IPEA.

#### 3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa Delphi e da avaliação realizada pelo IPEA

Os resultados da pesquisa Delphi foram apresentados por Brandina de Amorim (ANA) que trouxe os dados referentes às duas rodadas da pesquisa realizadas por meio eletrônico, bem como os resultados e considerações finais extraídos por meio da investigação. Esta apresentação se encontra no **Anexo III** deste relatório. Na sequência, o pesquisador do IPEA, Antenor Lopes, apresentou os resultados da pesquisa avaliativa realizada pelo citado Instituto que teve por foco os nove estados que encerraram o primeiro ciclo do Programa. Esta apresentação se encontra no **Anexo IV**. Após as explicações foi aberta a palavra ao público participante a fim de apresentar propostas, indagações e análises sobre o Programa e as pesquisas realizadas.

Os participantes narraram que as pesquisas realizadas extraíram informações pertinentes que, por sua vez, devem ser analisadas no âmbito dos estados para ampliar as reflexões e buscar melhorias na execução do Programa.

Uma questão demasiadamente aceita pelos participantes refere-se à necessidade da ANA investir no estabelecimento de agendas com os governadores dos estados a fim de repassar as informações recolhidas pelo Programa e, principalmente, sensibilizar o alto comando gestor dos estados sobre a importância da priorização da agenda da água, haja vista que a pesquisa do IPEA apontou, dentre

outras questões, que um dos grandes gargalos nesse primeiro ciclo do Progestão está relacionado à ausência de apoio político dos governos estaduais na gestão operacional dos recursos hídricos. Há, portanto, a necessidade de verticalizar esse diálogo envolvendo o alto escalão decisório dos estados, especialmente os governadores, para a promoção da pauta acima citada.

Também foi destacada a necessidade de os estados buscarem metas mais ousadas, com o intuito de avançar nas atividades de gestão, além de melhor aplicar os recursos, especialmente os advindos dos fundos estaduais de recursos hídricos, para a melhoria dos sistemas estaduais, evitando assim dependência do Programa. A ideia é que os órgãos gestores e os estados não se acomodem numa atual “zona de conforto” propiciada pelos recursos financeiros repassados pela ANA por meio do Progestão e de outros programas. Além da relevância de se articular pautas com o alto escalão decisório, conforme acima descrito, é necessário buscar estratégias para que os sistemas estaduais se fortaleçam continuamente. Sugeriu-se que nos novos contratos com os estados seja estabelecida cláusula que force os estados a aplicarem recursos orçamentários próprios, como dos fundos estaduais de recursos hídricos, no aperfeiçoamento da gestão estadual.

Foi ainda apontada a importância do Progestão de induzir, de forma mais contundente, a implementação dos planos estaduais de recursos hídricos e dos planos de bacia, haja vista que este instrumento se configura como norteador das ações necessárias para o fortalecimento da gestão e o uso racional da água, bem como para o maior engajamento de atores sociais nos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em relação à pesquisa desenvolvida pelo IPEA, foi apontado que há duas visões distintas sobre o Progestão: uma proveniente dos gestores (com um olhar mais otimista) e outra originária dos conselheiros (mais críticos). Desta forma, sugeriu-se aprofundar a percepção dos representantes dos Conselhos sobre o Programa, para melhor compreender as críticas visando ao aperfeiçoamento do Progestão. Sugeriu-se ainda maior clareza nas escolhas dos entrevistados, especialmente dos integrantes dos Conselhos Estaduais. Por fim, levantou-se que as pesquisas sobre o Progestão devem buscar uma forma de mensuração que relacione o alcance do conjunto de metas com o avanço na gestão estadual de recursos hídricos, haja vista a dificuldade em se visualizar, na prática, tal relação direta.

Em relação à transparência de informações, foi sugerido que a ANA acompanhe, como observadora, o processo de certificação das metas estaduais, com o intuito de recolher impressões críticas sobre o processo com vistas ao aperfeiçoamento desse procedimento de suma importância para, dentre outras questões, aferir o avanço dos sistemas estaduais e do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Além disso, foi citada a importância do repasse das informações enviadas pelos estados aos comitês de bacia hidrográfica e destacado que, em todos os estados o conselho estadual deveria ter uma página exclusiva para disponibilizar informações à sociedade. Nesta linha, sugeriu-se que o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos deve dispor um espaço para os Conselhos Estaduais disponibilizar as informações geradas, facilitando, assim, o referido acesso.

No que tange à aplicação dos recursos financeiros advindos do Programa, foi avaliado o baixo desempenho atual devido a diversas fragilidades existentes nos estados. Foi apontado que a aplicação dos recursos não deve ficar atrelada às decisões dos conselhos estaduais, haja vista que tal procedimento pode ampliar a complexidade, acarretando, por exemplo, percentuais ainda mais baixos de aplicação que os atualmente visualizados.

A representante da ANA, Ludmila Rodrigues, teceu alguns comentários sobre os itens apontados pelos participantes, ressaltando que:

- A ideia nesse segundo ciclo é proceder a alguns ajustes nos contratos para que os estadosousem mais na escolha de suas metas e também alcancem maior agilidade na aplicação dos recursos repassados.
- A avaliação do Programa deverá ter continuidade, abarcando outros estados da federação. Assim, análises sobre a efetividade das tipologias estabelecidas tendem a enriquecer e subsidiar possíveis alterações, caso visualizada a necessidade. Nestes novos processos avaliativos será buscada uma análise consubstanciada sobre os fundos estaduais de recursos hídricos, tendo em vista a sua importância para a sustentabilidade financeira dos sistemas estaduais.
- Em um dos eventos de acompanhamento das metas do Programa junto aos estados, a ANA incentivará a participação de membros dos conselhos estaduais. Entretanto, dificilmente a data do evento citado irá coincidir com a reunião dos conselhos estaduais para a certificação das metas estaduais.
- A proposta da ANA é que os órgãos gestores apresentem aos conselhos estaduais um plano plurianual indicando as prioridades para investimento dos recursos do Progestão e, a cada ano, seja apresentado aos Conselhos o desembolso ou empenho realizado no ano anterior. Busca-se, desta forma, maior transparência por parte dos órgãos gestores, além de qualificar o gasto efetuado e estabelecer um processo que eleve o engajamento dos conselheiros no acompanhamento do Programa.
- A ANA pretende melhorar o sistema de comunicação envolvendo o Progestão, criando a possibilidade de “chats” na página atual para uma maior dinamização da informação.
- O Modelo Lógico, construído na metodologia de avaliação adotada pelo IPEA, apresenta os indicadores críticos a fim de averiguar o avanço da gestão dos sistemas estaduais de recursos hídricos. Estes indicadores passarão a ser monitorados pela ANA a fim de investigar a relação do alcance das metas e o avanço dos sistemas estaduais de recursos hídricos.

Na sequência, o representante do IPEA, Antenor Lopes, apontou que:

- A escolha dos conselheiros baseou-se em uma lista repassada pela ANA e qualificada pelos pesquisadores a fim de equilibrar a participação de representantes de diversos setores (usuários, sociedade civil e poder público). Além disso, levou-se em consideração a disponibilidade dos conselheiros em receber os pesquisadores nos estados. Portanto, a escolha final dos participantes foi do IPEA.
- Nas próximas pesquisas a serem realizadas pelo IPEA, será reforçada a análise das tipologias de gestão, tendo em vista que serão contemplados estados que se encontram nas quatro tipologias definidas no âmbito do Programa.
- Ao se fazer uma análise comparativa entre as respostas dos conselheiros e dos gestores, percebe-se disparidade, especialmente no tocante às observações sobre o grau de implementação dos instrumentos da política na esfera estadual.
- A pesquisa indicou que os conselheiros devem estar mais bem munidos de informações sobre o Programa para melhor avaliar o alcance das metas. Este conjunto de informações deve envolver, também, o desempenho financeiro obtido para o fortalecimento do sistema estadual, tendo em vista a nova proposição relacionada a um percentual de desembolso ou empenho dos recursos do Programa.

Por fim, Brandina de Amorim (ANA) ressaltou que os resultados da pesquisa Delphi podem ser analisados separadamente por tipologias de gestão e por estados, facilitando assim as reflexões a serem feitas.

### **3.3 Propostas preliminares da ANA para os novos contratos e o *World Café*: breve relato.**

Dando sequência à programação, houve a apresentação das propostas preliminares, desenvolvidas pela ANA, para o aperfeiçoamento dos novos contratos do Progestão. Esta apresentação encontra-se no **Anexo V** deste relatório. Foram abordadas as seguintes propostas: desembolso mínimo por parte dos estados equivalente a 50% dos recursos repassados por meio do Progestão até dezembro de 2016; os critérios de repasse das parcelas no ano 1 e nos anos 2 a 5 (até o final do novo contrato); e as novas propostas referentes ao conjunto de metas estabelecidas tanto estaduais como de cooperação federativa. Em seguida, foram detalhadas as propostas referentes às metas de cooperação federativa, foco da análise no II Seminário, haja vista a presença de especialistas/certificadores da ANA para realizarem esse diálogo em conjunto com os representantes dos estados e os pesquisadores do IPEA.

As referidas propostas foram organizadas em cinco temas, quais sejam: (i) CNARH (águas superficiais e subterrâneas); (ii) Capacitação e o Relatório do Conjuntura; (iii) Critérios Gerais; (iv) Eventos Críticos (PCDs e Salas de Situação); e (v) Atuação para Segurança de Barragens.

Desta forma, foram criados cinco grupos de trabalho e por meio da utilização da abordagem do *World Café* houve a promoção do diálogo envolvendo todos os participantes nos grupos formados. Os resultados dessa discussão foram sistematizados, apresentados e debatidos, conforme previsto na programação. Tais resultados encontram-se descritos no próximo tópico.

### **3.4 As contribuições acenadas no II Seminário**

Os resultados advindos das rodadas de discussão foram debatidos pelo conjunto dos participantes. Em suma, a consolidação desse debate pode ser assim descrita:

#### **1. CNARH (águas superficiais e subterrâneas)**

##### **Comentários Gerais:**

- Considerado viável a continuidade da meta, principalmente com a junção das metas 1 e 2 do ciclo anterior;
- Considerado muito importante a inclusão da consistência dos dados, uma vez que pode auxiliar o estado nos ajustes de procedimentos internos e na possibilidade de novas frentes de trabalho, inclusive agilizando a disponibilização dos dados para atendimento de demandas;
- A maioria dos participantes concordou com o entendimento do texto e enalteceram o ganho de melhoria na organização de seus procedimentos;
- Ressaltaram a melhoria de comunicação entre a ANA e os estados, no âmbito do Progestão;
- No caso do diferencial da meta para o Progestão 2, que seria a consistência dos dados, questionaram quais seriam estas consistências e foi comentada, principalmente, a consistência das coordenadas geográficas em relação ao domínio do corpo hídrico, indicado pelo sistema de Inteligência Geográfica utilizado pelo CNARH. No âmbito das águas subterrâneas, foi abordada a consistência entre campos que se relacionam entre si.

Obs.: Diante da dificuldade que seria a consistência individualizada dos dados, foi informado que haverá no CNARH nova ferramenta de atualização de dados. Tal ferramenta será publicada no sistema nas próximas semanas.

### **Propostas:**

- Alterar o percentual a ser atingido no primeiro período da meta estadual, haja vista a redução deste período que será iniciado a partir de agosto (ex.: 30%): foi esclarecido que no ano 1 do segundo ciclo do Progestão, a certificação das metas estaduais contemplará somente a aprovação do quadro de metas pelo Conselho Estadual. Desta forma não será necessário aplicar percentual diferenciado para este período de certificação.
- Inserir regras de consistência quando do preenchimento dos cadastros: conforme avaliação da equipe serão inseridas regras de consistência a serem solicitadas junto à área de TI.
- Quebrar a regra que impede a alteração de coordenadas no sistema CNARH: essa solicitação já está sendo programada pela TI e será publicada nas próximas semanas.
- Melhorar a estabilidade do sistema CNARH: foi repassada a situação para a área responsável. Foi solicitado que os estados comuniquem à ANA as quedas do sistema.
- Inserir novo campo no sistema CNARH que possibilite o cadastramento de dado específico do estado (*campo coringa*) o que possibilitará o vínculo com as bases dos sistemas estaduais e o CNARH: a ANA irá efetivar esta solicitação, após a publicação do pacote evolutivo do CNARH40 que já está em processamento (provavelmente para o segundo semestre).
- Disponibilizar dados para sociedade e, se inconsistentes, colocar alerta: a ANA já está estudando esta possibilidade, prevista após a publicação do novo sistema de regulação.
- Investir em sistemas compatíveis com o CNARH dos Estados: esta ação compete aos estados.
- Em relação à consistência dos dados de domínio estadual cadastrado no CNARH, que será objeto de avaliação a partir do segundo período, foi esclarecido que a verificação do(s) parâmetro(s) de consistência dos dados cadastrados no CNARH será definida para cada estado, a partir do segundo período, com base na análise prévia da base de dados e em função da qualidade do dado já disponibilizado.

## **2A. Capacitação**

### **Comentários Gerais:**

- Necessidade de divulgação prévia do conteúdo mínimo para elaboração do Plano de Capacitação;
- Houve dúvidas se os critérios mínimos estariam associados às tipologias de gestão, as quais foram devidamente esclarecidas.
- Questionado se havia registro sobre o “DesenvolveRH” (que deu origem à discussão sobre as diretrizes dessa meta): a ANA informou que há um documento base que pode ser consultado. Foram disponibilizados slides com informações sobre o DesenvolveRH.
- Destacada a importância de divulgação das informações aos comitês e conselhos, de forma a melhorar a transparência e propiciar maior acesso das informações sobre a situação dos estados.
- Pontuado pela ANA a importância de os estados refletirem sobre seus gargalos de maneira a priorizá-los em relação aos cursos a serem elaborados.
- Ressaltado que as capacitações devem ser voltadas para todos os atores do sistema, incluindo membros de comitês e conselhos) e não apenas para as necessidades do órgão gestor.

**Propostas:**

- A ANA divulgará os critérios mínimos para conteúdo do Plano de Capacitação na data de 17 de abril, para que os estados possam tomar conhecimento e ter tempo hábil para comentar e/ou sugerir até o dia 30 de abril.
- Solicitada a inclusão de avaliação intermediária sobre a meta de capacitação: considerada pertinente pela ANA e incluída no período 3.
- Abordar os critérios sobre a avaliação intermediária em Informe Progestão: está previsto detalhamento desta meta em Informe a ser oportunamente publicado.
- Sugerido estabelecer parcerias entre ANA e estados para elaboração de cursos com temas afins.
- Sugestão da ANA para a realização do Plano de Capacitação para o horizonte de 4 anos.

**2B. Conjuntura**

**Comentários Gerais:**

- Os novos critérios propostos foram bem aceitos.
- Verificar a duplicidade das informações encaminhadas pelos estados à ANA.
- A respeito da avaliação das metas foi esclarecido que o critério será o envio das informações no prazo e formato solicitados.
- Também serão avaliados os parâmetros solicitados.
- Deverá ser melhor esclarecido quais os critérios são obrigatórios e quais são facultativos, a serem devidamente identificados na tabela.
- Divulgar as informações enviadas para o Relatório do Conjuntura, também para os Comitês e o Conselho.

**Propostas:**

- Envio da minuta das planilhas padronizadas que serão enviadas aos estados na data de 17 de abril, para que os estados possam tomar conhecimento e ter tempo hábil para comentar e/ou sugerir até o dia 30 de abril: proposta de tabelas anexadas.
- Reavaliar o prazo para o envio das informações sobre o cumprimento das metas em razão da inserção de novos itens: o prazo para envio será avaliado e, posteriormente, informado.
- Compartilhamento das informações enviadas à ANA para os Comitês e o Conselho: considera-se pertinente que o estado compartilhe com o CERH e CBHs as informações enviadas para o Conjuntura.
- Sobre o subitem “principais ações e ocorrências no âmbito dos comitês de bacia” foi sugerido que as informações sejam discutidas entre o órgão gestor e os CBHs.
- Incluir dados de fluviometria/pluviometria como subitem do item qualidade da água: os parâmetros solicitados para a qualidade da água encontram-se na página 6 da tabela do Conjuntura.

**3. Critérios Gerais para o 2º Ciclo do Programa**

**Comentários Gerais:**

- Comprovação até julho de 2017 do desembolso ou empenho de 50% do montante dos recursos transferidos ao estado até dezembro de 2016: os 9 estados estão empenhados em cumprir este critério de adesão ao novo ciclo do programa.

- Dificuldades para cumprir o desembolso de 50% até julho, sendo crítica a baixa execução dos recursos pelos estados da Paraíba, Goiás e Paraná. Dada a sugestão de Rondônia de conseguir atingir esta meta empenhando os recursos para a reforma do Laboratório que atenderá o Qualiágua, tanto Paraná como Paraíba consideram que nesta mesma linha será possível cumprir este critério geral do novo contrato. Goiás pretende efetivar a contratação de bolsistas em parceria com a FAPEG.
- Sugerido utilizar bolsas da FINEP para viabilizar a contratação de pessoal especializado nos estados.
- Sugerido um representante da ANA nos estados para acompanhamento da gestão estadual de recursos hídricos: de acordo com a ANA seu parceiro no estado é o próprio órgão gestor estadual.

Obs. 1: Para fins da comprovação do desembolso ou empenho de 50% dos recursos repassados, devem ser apresentadas, por ocasião do ofício de adesão ao 2º ciclo do Progestão, as notas de empenho acompanhadas do extrato bancário da conta corrente específica do programa constante do contrato.

Obs. 2: Para efeito do cálculo de 50% do montante dos recursos, considerar o valor nominal dos repasses efetuados (excluindo os rendimentos).

**Propostas:**

- Em relação à gestão patrimonial dos bens de propriedade da ANA em uso pelos estados:
  - A ANA promoverá 2 oficinas de capacitação sobre este tema em maio (4 e 5) e junho (1 e 2) de 2017 para auxiliar na definição do conteúdo do relatório a ser encaminhado à ANA anualmente, podendo os estados indicarem até 2 pessoas.
  - Sugerido que a referida oficina seja gravada para ampliar a divulgação do tema nos estados: o contrato que a ANA possui para este serviço não inclui esta oficina, assim não será possível neste momento.
  - Sugerido a elaboração de planilha dinâmica para facilitar a atualização do inventário do patrimônio: Este tema será discutido na oficina programada (maio e junho).
- Sobre o Relatório da Gestão de Recursos Hídricos a ser apresentado anualmente à Assembleia Legislativa:
  - Apresentar na Comissão pertinente (de Meio Ambiente e/ou de Recursos Hídricos) após o mesmo ter sido apresentado ao CERH. Apresentar aos membros do CERH com antecedência (podendo ser por e-mail e aberto a sugestões). Esta recomendação deverá ocorrer somente no próximo ano (Período 2).
  - Sugestão de conteúdo: focar nas ações desenvolvidas e planejadas em geral. Contemplar riscos de problemas advindos da precária gestão.
  - Foi consenso a necessidade de uma estrutura mínima para o Relatório. A ANA está aberta a receber contribuições neste sentido e, oportunamente, encaminhará uma proposta consolidada.
- Para o Plano plurianual de aplicação dos recursos do Progestão (2018-2021):
  - Apresentar o plano plurianual do período 2018-2021 para o CERH e para a ANA até março de 2018.
  - Apresentar, anualmente, para o CERH e para a ANA os gastos realizados: até abril de cada ano deve ser apresentada a planilha dos gastos ou empenhos efetuados.
  - Sugerido que a ANA apresente ao CNRH uma síntese da aplicação dos recursos.
  - Sugerido que a ANA consolide um banco com TDRs para intercâmbio de experiências entre estados: sugestão registrada para posterior encaminhamento.

- Quanto ao desembolso anual dos recursos acumulados:
  - Reduzir as faixas de desembolso ou empenho: até 50% o desconto é de 4% e, acima de 50%, sem desconto: proposta acatada.
  - Houve também sugestão minoritária de que, até 50%, o desconto seja de 10% e não de 4%.

Obs.: Por sugestão da SAF/ANA, o Fator de Desconto passa a ser denominado Fator de Redução (FR) e o valor máximo da redução passa a ser 16%.

#### 4. Eventos Críticos (PCDs e Salas de Situação)

##### **Propostas:**

- Inserir a possibilidade de alternativas à emissão de boletins diários (ex.: sistema online de informações da Sala de Situação): esclarecido que apenas é possível considerarmos algum sistema online de boletins (não de informações) se existir um banco de dados para que possamos ter acesso a boletins anteriores.
- Definir metodologia para identificação de cotas de alerta (ANA em articulação com os estados, universidades, CBHs, defesas civis, CPRM e demais órgãos afins), acompanhado de capacitação: na medida do possível a ANA irá auxiliar/capacitar os estados no cumprimento desta meta (amarração da seção de medição em relação ao nível médio dos mares).
- Escalonar a definição das cotas de alerta (ex.: 30% no 1º ano, 60% no 2º e 100% no 3º, ou 20% a cada ano): proposta é 30% no ano 2, 60% no ano 3 e 100% no ano 4.
- Construção das curvas-chave das estações da rede de alerta (períodos 2 a 4) e levantamento de seção do rio: não foi prevista a inclusão desta meta (este trabalho de construção de curvas-chave já é normalmente executado pela SGH).
- Incentivar a contratação de bolsistas (principalmente hidrólogos) para trabalharem nas salas de situação: iniciativa apoiada, dadas as dificuldades enfrentadas pelos estados na contratação de pessoal.

#### 5. Atuação para Segurança de Barragens

##### **Comentários Gerais:**

- Desconhecimento geral das barragens estaduais em relação à quantidade, proprietário, localização, etc.
- Dificuldade de comunicação e articulação com outros órgãos fiscalizadores de barragens.
- Disponibilização de informações sobre segurança de barragens para a sociedade e Conselhos.
- Articulação com CREAs e CONFEA para melhor identificar informações das barragens.
- Dificuldade na implementação dos regulamentos.
- Acordo de cooperação técnica com as fundações estaduais de apoio à pesquisa para implementar bolsas de pesquisa voltadas ao cumprimento das metas do Progestão.

##### **Propostas:**

- Exemplificar ações para regularização nos Informes e no portal Progestão.
- Solicitado à ANA apresentar práticas para melhor conhecer as barragens e seus proprietários facilitando o cumprimento da meta: orientações gerais e boas práticas para o cumprimento da meta 1.5 serão disponibilizadas no Portal do Progestão. Foram disponibilizados arquivos com orientações sobre as metas e com instruções para acesso ao SNISB.

- Dar continuidade a eventos de capacitação: no Plano de Capacitação a ser elaborado e implementado pelos estados devem ser previstas ações de capacitação em segurança de barragens. Na medida do possível atividades de capacitação neste tema terão continuidade.
- Especificar nos Informes as metas por estado: até maio será feita uma avaliação do cumprimento desta meta no primeiro ciclo, com um balanço dos avanços e pendências em cada um dos 9 estados. A partir daí serão encaminhadas propostas específicas a cada estado em relação a cada um dos itens (I a VIII) para análise. Também poderão ser feitas videoconferências para discussão, esclarecimentos de dúvidas e apresentação de contrapropostas.

### 3.5 Próximos passos / Encaminhamentos

As próximas atividades a serem desenvolvidas para dar continuidade às ações visando à contratação do segundo ciclo foram apresentadas aos participantes, conforme retratado nos quadros abaixo.

DATA	COMPETE À ANA
17/04	Enviar a todos os estados as propostas para o 2º ciclo do Progestão discutidas neste Seminário.
30/04	Receber contribuições para os anexos dos contratos do 2º ciclo do Progestão.
30/05	Enviar aos 9 estados a minuta do novo Contrato com os Anexos I, II, III e IV e o modelo de ofício para adesão ao 2º ciclo do Progestão. <a href="#">Tendo em vista decisões da Diretoria da ANA as propostas foram enviadas em 30/05. Acrescido o Anexo V.</a>
Jun-Jul	Publicar Resolução que define os novos valores das parcelas do Progestão 2. Publicação do Relatório final de avaliação do 1º ciclo do Progestão pelo IPEA.
Jul - Ago	Enviar aos estados 2 vias do novo contrato assinado pela ANA, após recebimento da documentação pertinente.

DATA	COMPETE AOS ESTADOS
30/04	Encaminhar contribuições para os anexos dos novos contratos do 2º ciclo do Progestão.
Jun - Jul	Realizar reunião do CERH para discussão e aprovação do novo Quadro de Metas (Anexos III, IV e V).
Julho	Encaminhar ofício de adesão ao 2º ciclo do Progestão, informando os desembolsos realizados com os valores repassados pelo programa até dezembro de 2016. Encaminhar o novo Quadro de Metas do estado (Anexos III, IV e V), devidamente acompanhado da declaração referente à aprovação pelo CERH.

### 3.6 Avaliação

A última etapa da programação referiu-se a uma avaliação sobre os trabalhos desenvolvidos. Foi afirmado que houve um aperfeiçoamento visível do Progestão no período entre o I e o II Seminários avaliativos, onde os compromissos firmados foram implantados, gerando maior efetividade do Programa.

O fato de se garantir a continuidade do Programa, num segundo ciclo, foi também ressaltado, enaltecendo o esforço desenvolvido especialmente pela equipe técnica da ANA.

Nesse momento de avaliação aberta e contando com a presença do Superintendente Adjunto, Sr. Carlos Motta, foi narrado que se considera um equívoco a proposta de criação de escritórios regionais da ANA, tendo em vista que tal proposta, que circula nos bastidores do Sistema Nacional, tenderá a enfraquecer os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Foi enfatizado pelo Sr. Motta que esta proposta destoava da visão da atual diretoria da Agência. Na oportunidade parabenizou a todos pela realização do evento e desejou que os trabalhos tenham continuidade satisfatória até a assinatura dos novos contratos.

#### **4. Considerações finais**

Inicialmente, deve-se ressaltar que a clareza e a transparência dada às informações e aos conteúdos repassados foram de fundamental importância para o alcance dos objetivos traçados e dos resultados. Entende-se que a devolutiva dos resultados das pesquisas realizadas representou uma ótima experiência em relação ao Programa e subsidiou satisfatoriamente as discussões estabelecidas.

Ao considerar que neste II Seminário foram lançados objetivos densos a serem buscados num curto intervalo de tempo (1,5 dias de trabalho) e tomando por base os resultados alcançados, pode-se afirmar que a programação ficou a contento e a metodologia proposta cumpriu o seu papel.

Por fim, os resultados que surgiram neste processo de participação levaram a crer que o caminho trilhado para a efetivação desse segundo ciclo do Programa faz pleno sentido, algo que deve se refletir no maior engajamento dos atores que acompanham o Progestão na ANA e nos estados.

A continuidade das pesquisas avaliativas se faz de fundamental importância para o crescente e contínuo aperfeiçoamento do Progestão, sendo que as bases para maior clareza e envolvimento nesse processo se encontram testadas durante os Seminários realizados.

#### **5. Anexos**

ANEXO I: Lista de presença.

ANEXO II: Apresentação sobre os resultados do Progestão.

ANEXO III: Apresentação dos resultados da pesquisa Delphi.

ANEXO IV: Apresentação dos resultados da pesquisa de avaliação do IPEA.

ANEXO V: Apresentação das propostas para o aperfeiçoamento do Progestão.